



**III CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Simone Martins Aquilino

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN, [Simone\\_pdf@hotmail.com](mailto:Simone_pdf@hotmail.com)*

Izabel Cristina de Souza Nunes

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN, [nunesics@gmail.com](mailto:nunesics@gmail.com)*

Atualmente, as discussões na área educacional em relação à inclusão e exclusão intensificaram bastante. São criadas leis para garantir a integração de todos e mesmo assim, percebemos que a LDB 9.394/96 facultou a Educação Física na Educação de Jovens e adultos (EJA). Para incluir a Educação física no ensino noturno, a facultabilidade foi alterada através da Lei nº 10.793/03, que tornou a disciplina obrigatória para o noturno, facultando alguns casos. O objetivo do estudo é identificar as contribuições das aulas de Educação Física na EJA e o perfil desta modalidade, visando conhecê-los. O trabalho é de natureza bibliográfica, ou seja, trata-se de um levantamento dos materiais já publicado em livros, revistas, periódicos e outros. Na EJA não há relação ideal entre idade e etapa escolar. Quando retornam à escola, o fazem guiados pelo desejo de melhorar de vida ou por exigências ligadas ao mundo do trabalho. São pessoas que estiveram a margem das esferas socioeconômicas e educacionais, privado do acesso aos bens culturais e sociais. A Educação Física possibilita o importante acesso ao universo de conhecimentos e experiências significativas provinda da cultura corporal de movimento e possui uma diversidade de conteúdo, tais como: esporte, dança, ginástica, luta e outros. Este rico universo, compõe a Educação Física e integra o patrimônio cultural da humanidade. Portanto, este estudo nos possibilitou o conhecimento do perfil da Educação de Jovens e Adultos e a identificação da importância da educação física, pois apenas ela, pode oferecer aos alunos o acesso a cultura corporal do movimento.

Palavras-chave: Educação Física, EJA, Legislação.

### INTRODUÇÃO

Atualmente, as discussões na área educacional em relação à inclusão e exclusão dos alunos intensificaram bastante. São criadas leis para tentar garantir a integração de todos, e mesmo assim, percebemos que os elaboradores da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB 9.394/96), facultaram da Educação de Jovens e adultos a disciplina de Educação Física.



Para incluir novamente a Educação física no ensino noturno, foi necessário a Lei nº 10.793/03, que torna a disciplina facultativa para os alunos que: “cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; maior de trinta anos de idade; que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; que tenha prole” (BRASIL, 2003) e não para todas as pessoas que estudassem no noturno.

A LDB 9.394/96, determinou ser facultativa a inserção da disciplina de Educação Física do ensino noturno e a Lei nº10.793/03 inclui novamente a disciplina no turno noturno, diante dessa exclusão (LDB 9.394/96) e inclusão (Lei nº 10.793/03) nos questionamos sobre a importância da Educação Física enquanto componente curricular na Educação de Jovens e Adultos e quais as suas contribuições para essa modalidade de ensino.

Para a realização deste estudo, objetivamos identificar as contribuições das aulas de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos e o perfil desta modalidade de ensino, visando conhecer o público em questão.

A Educação Física, é abordada na LDB 9.394/96 de forma limitada, restringindo-se apenas ao gasto energético e ao aspecto biológico. Ao ampliarmos e atualizarmos o nosso ponto de vista, percebemos que ela tem suas especificidades, quando bem fundamentada pode proporcionar aos alunos ambientes favoráveis ao desenvolvimento pessoal e socializante, e ainda os despertando a serem, reflexivos, autônomos e críticos.

O presente trabalho é de natureza bibliográfica, ou seja, trata-se de um levantamento dos materiais já publicado em forma de livros, revistas, periódicos, publicações avulsas e escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com aquilo que foi escrito sobre determinado assunto.

## **CARACTERIZANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A Educação de Jovens e Adultos procura atender pessoas que não tiveram acesso aos estudos no período da infância/adolescência por algum motivo. De acordo com Machado e Loureiro (2009, p.2-3), no parecer CNE/CEB nº11/2000, esta modalidade de ensino reúne:



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

[...]homens e mulheres, trabalhadores/as empregados/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego, moradores urbanos de periferias, favelas e vilas. São sujeitos sociais e culturais, marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. Em geral trabalham em ocupações não qualificadas, trazendo a marca da exclusão social. São, ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar. Jovens e adultos que, quando retornam à Escola, o fazem guiados pelo desejo de melhorar de vida ou por exigências ligadas ao mundo do trabalho.

Diante do exposto, observamos a diversidade deste grupo e as suas carências, pois, encontram-se a margem de muitos aspectos indispensáveis para a sociedade, distantes de tudo que merecem e de seus direitos. Segundo Primo et al (2002, p.217),

Em EJA, a correspondência ideal entre idade e etapa escolar não existe. Essa situação pode ser verificada pela convivência de alunos com idade a partir de 16 anos, não sendo possível precisar um limite máximo de idade escolar – tudo num mesmo grupo. Esse quadro potencializa a característica diversidade de interesses e formas de aprendizagem, qualidade de interação social e conhecimentos prévios entre alunos de uma mesma turma ou classe, exigindo do professor ainda mais clareza de intenções na sistematização de conteúdos, objetivos, estratégias, dinâmicas e formas de intervenção.

Além de ser indispensável considerar estas particularidades, também precisamos nos conscientizar de algumas dificuldades encontradas em várias esferas, uma delas é a falta de fundos para o financiamento e as escolas acabam por utilizar diversos meios de subsidiar as suas necessidades, implicando na oferta e na qualidade das oportunidades para seu público. Um dos motivos de ocorrer o que foi mencionado acima, são os três níveis de governo, não conseguirem cumprir com a responsabilidade de universalizar o ensino fundamental a essas pessoas (HADDAD, 2007, passim).

Ainda sob o olhar deste mesmo autor, é evidente a evasão dos alunos, a pequena participação das universidades, a tradição das campanhas de organizar cursos rápidos e na maioria das vezes o poder local assumir a tarefa de apenas mero executor e a sociedade civil chamada a “ceder o espaço”, (op. cit.,).



Percebemos assim, a ausência de um sistema nacional que dê continuidade aos estudos dos jovens e adultos, pois, “parece que ainda não se consolidou uma proposta alternativa viável de atenção a grandes massas de população com atraso educativo capaz de ser posta em marcha com força política” (RODRIGUEZ, 2009, p.327). É preciso direcionar o foco para as necessidades deste público, “trata-se então de construir a convergência de olhares sobre o estado da situação, para que seja ela que construa o espaço comum capaz de abrigar a multiplicidade” (op.cit., p.329).

Acreditamos não ser suficiente apenas ingressá-los nas escolas, mas, acolhê-los com as peculiaridades que possuem, sem discriminá-los, pois, a união delas potencializa-os ainda mais. No entanto, para isto, é necessário o envolvimento tanto das pessoas que fazem parte do corpo docente e administrativo das escolas, como também cabe aos governantes executarem o que legalmente está assegurado.

## **A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA**

A Educação de Jovens e Adultos está ligada as transformações sociais, econômicas, e políticas, as quais caracterizaram a história do país. A intenção de educar a população jovem e adulta era para que esta lesse o catecismo e seguisse as ordens e instruções da corte. No decorrer do seu desenvolvimento algumas iniciativas políticas e pedagógicas ampliaram esta educação (LOPES E SOUZA, 2005).

Uma destas iniciativas, foi a de inserir a Educação Física nesta modalidade de ensino, no ano de 1971, quando a Lei da antiga LDB, nº 5.692/71 determinava a obrigatoriedade deste componente curricular em todos os graus do sistema de ensino. Porém, a nova LDB nº 9.394/96, no artigo 26, estabelece que: “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (LDB apud SOUZA; VAGO, 1997, p.125).

Diante deste fato de facultar a disciplina aos cursos noturnos, acreditamos que “vinculam a área a um suposto gasto de energia que os alunos, já exaustos pelo trabalho, não teriam condições de suportar no período noturno” (PRIMO et al, 2002, p.196-197). Com a determinação da nova lei



da LDB, conscientemente ou não, esta corrobora com a ideia restrita existente acerca da disciplina. Percebemos que, este posicionamento é contrário as novas discussões desta área de conhecimento, pois os alunos são considerados em sua totalidade e não apenas no sentido biológico e assim tentar romper com pensamentos já cristalizados e limitados. Neste caso, observamos a distância que existe entre os que atuam, discutem e produzem na Educação Física para os que elaboram as leis e desejam vê-las sendo executadas.

Notamos que, a lei deixa dúvidas quanto á questão facultativa, e tentando esclarecer, o Conselho Nacional de Educação, por meio do parecer n. 05/97, diz que: “Certamente a escola caberá decidir se deseja oferecer educação física em cursos que funcionem no horário noturno. E, ainda que o faça, ao aluno será facultado optar por não frequentar tais atividades, se esta for a sua vontade” (PARECER N° 05/97 apud SOUZA; VAGO, 1997, p.126).

Percebe-se a forma como este componente curricular é tratado no ambiente educacional e especificamente no ensino da EJA, ao ponto de a decisão ser do aluno se deseja ou não estudar. Se para os demais estudantes dos turnos matutinos e vespertino se diz que “é importante”, porque essa “importância” é desprezada apenas com a mudança de turno, do entardecer ao anoitecer?

Para mudar essa realidade que exclui os alunos do turno noturno, assim como os da EJA, a Lei n° 10.973/03, determina que a Educação Física faça parte da grade curricular daqueles que frequentam a escola a noite, tornando o acesso a disciplina direito de todos, independentemente do turno.

## **O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA**

A Educação Física inserida na EJA representa a oportunidade para os alunos terem acesso ao universo de conhecimentos e experiências significativas provinda da cultura corporal de movimento. Assim, entendemos que, estarão usufruindo dos seus direitos e cabe a Educação Física também formar um cidadão “que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir de jogos, esportes e ginásticas, em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida” (PRIMO, 2002, p.194).



Para compreendermos melhor esta discussão, destacamos na proposta curricular do 1º segmento do ensino fundamental para a EJA, alguns objetivos, tais como:

Valorizar a democracia, desenvolvendo atitudes participativas, conhecer direitos e deveres da cidadania. Conhecer e valorizar a diversidade cultural brasileira. Aumentar a auto-estima, fortalecer a confiança na sua capacidade de aprendizagem, valorizar a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social. Reconhecer e valorizar os conhecimentos científicos e históricos, como patrimônios culturais da humanidade. Exercitar sua autonomia pessoal com responsabilidade, aperfeiçoando a convivência em diferentes espaços sociais (RIBEIRO, 1997, p.48).

Estes objetivos da EJA não estão distantes dos debates da Educação Física. Durante muitas décadas, esta última, passou por várias transformações, uma delas foi o progresso nas discussões relacionadas ao âmbito escolar. Se voltássemos no tempo, em meados de 1970, e falássemos em refletir a prática de ensino, criticidade, autonomia, ludicidade, o que hoje faz parte das nossas aulas, estaríamos difundindo um pensamento totalmente contrário ao propagado naquela época e infelizmente ainda nos dias de hoje. A ideia predominante era de formar atletas, disciplinar os corpos, torná-los dóceis para servir e gerar renda aos interesses das classes dominantes e a teorização tinha como fonte principal as ciências naturais, especificamente a biologia voltada para aptidão física.

O lúdico, o prazer e o divertimento no meio educacional, há muitas décadas foram negados e em algumas instituições este pensamento já está cristalizado, pois para a sociedade, isto caracteriza a ausência de seriedade. Segundo Piaget “o jogo é um caso típico das condutas negligenciadas pela escola tradicional, dado o fato de parecerem destituídas de significado funcional. Para a pedagogia corrente, é apenas um descanso ou o desgaste de um excedente de energia” (PIAGET apud FREIRE, 1997, p.115). Porém, sabemos que o jogo, é um dos conteúdos da Educação Física, e por isso podemos e devemos realizá-lo durante as aulas da EJA, uma vez que, possui o caráter lúdico e desta forma contribui para a inclusão da maioria dos alunos, atuando assim de maneira motivadora.

O jogo é uma das atividades expressivas corporais que faz parte da cultura corporal (SOARES et al, 1992, p.50), a qual acumula conhecimentos históricos e possui uma diversidade de



conteúdos, tais como: esporte, dança, ginástica, luta e outros. É importante que os alunos tenham acesso a este rico universo, que compõe a Educação Física e integra o patrimônio cultural da humanidade.

O acesso a este universo dependerá da atuação profissional do professor, já que, na maioria das vezes, a Educação Física é restringida apenas ao conteúdo “procedimental” já o “conceitual e atitudinal” (PCN’s, 1998, p.19), são desprezados, e ainda, na categoria procedimental prioriza-se somente o esporte. É irrefutável, a importância de incluir e valorizar, tanto no ensino regular, como na EJA, o conteúdo conceitual e o atitudinal.

Diante disto, considerar estes outros aspectos do conteúdo torna-se uma possibilidade de envolver os alunos, buscando integrá-los e motivá-los a participarem das aulas, pois, de um modo geral são desmotivados e não acreditam no seu potencial. Se o professor procurar contextualizar os fatos, relacionando a realidade dos alunos, assim como resgatando a historicidade dos conteúdos, possivelmente este conhecimento vai ter um sentido e significado mais relevante para essas pessoas, contribuindo até para aumentar a auto-estima, uma vez que, estes se sentirão importante no processo ensino-aprendizagem.

Observamos que é importantíssimo fazer com que os alunos da Educação de Jovens e Adultos também tenham acesso à cultura corporal do movimento, para assim conhecê-la, valorizá-la como meio de desenvolver a autonomia, criticidade, se tornarem reflexivos. Lembramos que, devemos tratá-los em sua totalidade, não de forma fragmentada, considerando o homem em todas as suas dimensões, valorizando todas as categorias de conteúdos, como fator indispensável para garantir a qualidade das aulas e a aprendizagem dos alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho nos possibilitou conhecer o perfil da EJA, pois esta possui algumas características bem diferentes dos alunos diurnos, como a disparidade da faixa etária, a exclusão nas esferas sócio-econômicas, culturais e educacionais. Nesta última, ambiente onde deveriam ter total apoio, percebemos o quanto ainda sofrem com as dificuldades que surgem e terminam atrapalhando o ensino de qualidade. Mesmo diante de tudo isso, diferentemente do pensamento de muitos,



sabemos da riqueza que este grupo apresenta, já que reúnem em um mesmo espaço pessoas com experiências diferentes, desenvolvendo o potencial dessas pessoas.

Observamos que a Educação Física tem muito a contribuir na formação dos alunos na EJA. Mas, para isto, é necessário o acesso ao universo de conhecimento da cultura corporal de movimento, dando assim um dos primeiros passos para a concretização deste pensamento. Outro passo importante é trabalhar as três categorias de conteúdo, conceitual, atitudinal e procedimental, sem a exclusão de nenhuma, fazendo com que elas possam caminhar unidas, entrelaçadas entre si, contribuindo com a formação plena do aluno, pois nesta modalidade de ensino, a maioria deles possui interesses em melhorar a situação a qual se encontram e conseguir se superar na vida.

A aula de Educação Física proporciona interação, socialização, é aquela em que os alunos podem se movimentar, correr, ser livres, criar, modificar, criticar, ter autonomia, pensar, diferenciando-se das outras disciplinas, onde na maioria das vezes, não podem nem se quer levantar das cadeiras, são corpos castrados e vigiados, sendo assim uma disciplina importantíssima para a EJA.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.793 de 1 de dezembro de 2003. Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art.92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível na Internet: <http://www.planalto.gov.br/>

FREIRE, J. B. Educação do Corpo Inteiro. **Teoria e prática da Educação Física**. São Paulo: Scipione, 1997.



**III CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

HADDAD, S. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. Ver. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n.35, ago.2007. <[http://www.scielo.br /pdf/rbedu/v12n35/a02v1235.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a02v1235.pdf)>. Acessado em: 19/12/2009

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 4 ed. São Paulo: Atlas,1992.

LOPES, S. P; SOUZA, L. S. **EJA: UMA EDUCAÇÃO POSSÍVEL OU MERA UTOPIA?** Disponível em <[http://www.cereja.org.br/pdf/revista\\_v/Revista\\_SelvaPLopes.pdf](http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf)>. Acessado em: 11/12/2009.

MACHADO, J. L; LOUREIRO, L. L. **A POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA A MELHORA DA SAÚDE E MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.** Disponível em:<<http://guaiba.ulbra.tche.br/pesquisas/2009/artigos/edfis/salao/483.pdf>>. Acessado em: 13/12/2009

PRIMO, A. A. et al. **Proposta Nacional de Educação Física para a Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em:<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000525.pdf>>. Acessado em: 13/12/2009.

RIBEIRO, V. M. M. **Educação de jovens e adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental.** Brasília: MEC, 1997.

RODRIGUEZ, L. M. **Educação de jovens e adultos na América Latina: políticas de melhoria ou de transformação; reflexões com vistas à VI CONFINTEA.** Rev. Bras. Educ. [online]. 2009, vol.14, n.41, pp. 326-334. ISSN 1413-2478.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

SOUZA, E. S; VAGO, T. M. **O ensino de Educação Física em face da Nova LDB.** In: Educação física escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, Ijuí, p. 121-141, 1997.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)